PREFEITURA MUNICIPAL DE PRANCHITA

Projeto de Lei nº 1197/2018

Súmula: Cria o Programa de Alimentação Familiar e autoriza à Doação de Cestas Básicas as famílias de baixa renda e dá outras providências legais:

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PRANCHITA, ESTADO DO PARANÁ APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE - LEI

CAPÍTULO I

Das disposições preliminares

Art. 1º- Fica autorizado o Município de Pranchita, Estado do Paraná, representado pelo Prefeito Municipal, a doar as famílias de baixa renda do Município, Cestas Básicas de Alimentação, conforme projeto especificado nesta Lei;

Art. 2º- As despesas decorrentes com a execução desta Lei, correrão por conta de dotações próprias consignadas no orçamento vigente, autorizado pela Lei de Diretrizes Orçamentárias e pelo Plano Plurianual de Investimentos;

CAPÍTULO II

Do objetivo

Art. 3º- Proporcionar às famílias de baixa renda, condições de se alimentarem de uma melhor maneira, melhorando assim, as condições sociais e de saúde da família, e combate à mortalidade infantil;

Da modalidade

Art. 4º- Esta modalidade contempla doações de cestas básicas de alimentos para que os municípios possam se alimentar de maneira mais saudável. Pressupõe, portanto, que os municípios sejam enquadrados em critérios de exclusão social, e que a necessidade da cesta básica seja comprovada por Laudo do Serviço Social do Município. As despesas decorrentes deste programa correrão por dotação orçamentária própria, suplementadas se necessário

Quem pode pleitear as cestas básicas

Art. 5º- Podem pleitear as cestas básicas, as famílias de baixa renda conforme consignado no artigo 3º desta Lei.

Das participantes da ação:

Art. 6º- Participarão da ação a Secretaria Municipal de Assistência Social em conjunto com o Setor de Administração e Finanças e Secretaria Municipal de Saúde.

Da origem dos recursos

Art. 7º- Do Orçamento Municipal, na unidade orçamentária da Assistência Social, ou outra unidade contemplada no Orçamento, podendo ser por lei específica suplementado ou aberto crédito especial para execução da presente Lei.

Das diretrizes de avaliação do programa

Art. 8º- Das diretrizes para avaliação do programa:

I-Para que as cestas básicas possam ser doadas, a família deverá enquadrar-se nas diretrizes aqui dispostas e no Objetivo da Ação descrito no artigo 3º desta Lei.

II-Serão consideradas prioritárias, depois do enquadramento no critério de renda familiar, doações que atendam:

- a) famílias que estejam com maior dificuldade financeira;
- b) famílias que demonstrem estado de saúde debilitada, em consequência de má alimentação;
- c) famílias que preferencialmente não estejam participando de outros programas;
- d) famílias que possuam entre seus membros portadores de necessidades especiais sejam elas físicas e ou mentais;
- e) famílias que possuam crianças em idade escolar devidamente matriculada e frequentando a escola;
- f) pessoas idosas que necessitam de auxílio alimentação;
- g) crianças e adultos que apresentem desnutrição em virtude de alimentação inadequada.

Art. 9º- O programa deve atender ao maior número possível de famílias, detendo grande amplitude social.

Parágrafo Único: Não será objeto de enquadramento, sendo vedado o repasse das cestas básicas que não contemple os requisitos previstos nesta Lei, especialmente a família que tiver criança em idade escolar ausente das escolas.

Dos Procedimentos Operacionais

Art. 10: Serão observados os seguintes Procedimentos Operacionais:

I-Roteiro para apresentação do requerimento solicitando as cestas básicas e para o repasse das mesmas.

II-As famílias interessadas deverão apresentar na Secretaria Municipal de Assistência Social, pedido da cesta básica de alimentação, devendo tais pedidos serem avaliados do ponto de vista social após visita e avaliação da Assistente Social, acompanhada de profissional da área de nutrição. Tais visitas, deverão estar respaldadas em relatórios devidamente fundamentados e assinados pelo profissional do serviço social e pelo município.

III-Depois dos relatórios aprovados, a cesta básica poderá ser liberada na proporção da disponibilidade financeira e orçamentária do Município.

IV-Será concedida a cada família, após as devidas aprovações previstas nos itens anteriores, somente uma Cesta Básica por mês.

V-Para cada solicitação, deverá existir um laudo social, mesmo que já exista um outro laudo emitido em outra época para a família solicitante.

VI-Preferencialmente, as famílias e o Município deverão buscar meios para que a situação de doação de cestas básicas não perdure por muito tempo, evitando assim bolsões de pobreza e dependência financeira deste programa.

Do Cronograma

Art. 11: O Programa terá prazo indeterminado, até a consecução de seus objetivos primários.

l–Deverá ser elaborado um cronograma mensal de desembolso que fará parte deste Programa e desta Lei.

Da avaliação do Programa

Art. 12: A avaliação do Programa se dará através de visitas sociais durante os meses em que se fizer necessária as doações.

Do Custo do Programa

Art. 13: O custo do programa será a totalidade de cestas básicas efetivamente doadas e distribuídos de acordo com as receitas, dotações e critérios da Prefeitura.

Art. 14: Preferencialmente, a Prefeitura de Pranchita, deverá realizar processo de licitação para realizar as aquisições previstas neste programa e nesta Lei, caso o valor exceda o limite da dispensa, estabelecido pela Lei Orçamentário do ano de 2018;

Do conteúdo mínimo da Cesta Básica

Art. 15: As cestas básicas serão compostas pelos seguintes produtos:

- a) 05 kg de farinha de trigo;
- b) 03 kg de feijão;
- c) 02 kg de macarrão;
- d) 01 kg de sal;
- e) 02 lt de óleo vegetal;
- f) 04 kg de fubá de milho;
- g) 05 kg de arroz;
- h) 05 kg de açúcar;
- i) 01 tubo de creme dental;
- j) 02 sabonetes;
- l) 500 g de café.
- m) 800 g lei

Art. 16: Esta lei passa a produzir seus efeitos jurídicos a partir da data de sua publicação, revogadas eventuais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PRANCHITA, EM 26 DE JUNHO DE 2018.

ELOIR NELSON LANGE - Prefeito Municipal

Cod272460